



Comitê de Representantes

Aprovada na 1160ª sessão

ALADI/CR/Ata 1157
4 de setembro de 2013
Horário: 10h05m a 12h40m

ATA DA 1157ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Incorporação do Embaixador Yan Banghua, Representante Observador da República Popular da China.
 3. Assuntos em pauta.
 4. Consideração das atas correspondentes às 1149ª, 1150ª, 1151ª, 1152ª, 1153ª, 1154ª e 1155ª sessões.
 5. EXPO ALADI Uruguai 2014 (ALADI/CR/PR 294).
 6. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.
 7. Assuntos diversos.
 - Proposta da Delegação do Brasil sobre regulamentação dos prazos de convocatória às reuniões.
 - Proposta da Delegação do Brasil de critérios para o financiamento da participação de delegados governamentais em reuniões da Associação.
-

Preside:

DIGNA M. DONADO

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Sergio Luis Iaciuk, Pablo Ducros (Argentina), Jenny Encinas (Bolívia), Ruy Carlos Pereira, Roberto Goidanich, Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, José Vitor Carvalho Hansem, Marcus Vinicius Ramalho, Rodrigo de Macedo Pinto (Brasil), Patricio Pradel Elgueta, Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia), Lisset Fernández García (Cuba), Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla, Adolfo Blum Montero (Equador), Dora Rodríguez Romero, Jorge Fernando Anaya González (México), Digna M. Donado (Panamá), Raúl Cano Ricciardi, Miguel Angel López Arzamendia, Claudia Aguilera Caló, Leticia Paredes (Paraguai), Ricardo B. Romero Magni, Oscar Roca Ferrand (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Yan Banghua, Zhang Xi, Shen Hao (China), Daniel Taveras (República Dominicana), Gladis Genua (CAF).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretários: César Llona, Pablo Rabczuk

PRESIDENTE. Damos início à Sessão Ordinária 1157ª.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Colocamos à consideração da sala a Ordem do Dia. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente.

Antes de prosseguir a minha intervenção, senhora Presidenta, quero reiterar pessoalmente a minha mais calorosa saudação à senhora Presidenta pelo início efetivo também hoje das suas funções como Presidenta do Comitê e queria dizer que infelizmente não pude transmitir pessoalmente a felicidade e a alegria com a que a Delegação do Brasil recebe sua presença como Presidenta e também dos nossos Vice-Presidentes que também assumiram. E queria agradecer ao Secretário-Geral a bondade de ter divulgado, lido uma carta que mandei a propósito da assunção de suas funções.

E dito isso, Presidenta, e para não me alongar mais eu gostaria de pedir que se incluisse na nossa Ordem do Dia dois itens no capítulo relativo a outros assuntos que são, o primeiro, uma proposta de regulamentação dos prazos de convocatória das nossas reuniões e, o segundo, uma proposta de critérios para o financiamento da participação de delegados governamentais em reuniões da Associação.

Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTE. Muito obrigada por suas palavras. Continuamos e damos por aprovada a Ordem do Dia, se não houver comentários adicionais.

2. Incorporação do Embaixador Yan Banghua, Representante Observador da República Popular da China.

... Continuamos com o ponto a seguir, que é a incorporação do Embaixador Yan Banghua, Representante Observador da República Popular da China. Contamos com sua presença, pelo que o chamamos à mesa.

Embaixador Yan Banghua, Representante Observador da República Popular da China, prezado senhor Embaixador:

É uma honra para nós dar-lhe as boas-vindas, no dia de hoje, e recebê-lo como Representante Observador da República Popular da China junto a esta Organização. Sua presença nesta casa permitir-lhe-á se nutrir do conteúdo dos debates sobre os diferentes temas concernentes aos países latino-americanos e, alguns deles, serão certamente de especial interesse para o seu país.

A ALADI, em uma iniciativa conjunta com a CAF e com a CEPAL, organizou o que denominamos o Observatório América Latina – Ásia Pacífico, com a intenção de promover a cooperação e de estreitar ainda mais os laços entre ambas as regiões, esperando transformá-lo em um instrumento útil para a tomada de decisões, tanto em nível governamental quanto empresarial.

Senhor Embaixador, seja bem-vindo à nossa casa, que é a sua, e esperamos que mediante sua pessoa possa transmitir nossos comportamentos, sugestões, análises e reflexões sobre os temas econômicos e comerciais que não preocupam apenas a América Latina mas também toda a área da Ásia-Pacífico. Muito obrigada.

Dou a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Saudamos o recebimento do novo Embaixador da República Popular da China no Uruguai, Yan Banghua, e também Representante de um país Observador desta Associação.

Acabamos de assinar um convênio com o Embaixador, mediante o qual a República Popular da China enviará um estagiário a ser selecionado, membro importante da Chancelaria, e não temos dúvidas a respeito de que as ações que viemos desenvolvendo há quase três anos visam contribuir para o melhor conhecimento entre a América Latina e a República Popular da China e para um relacionamento mais profundo, mais estreito entre as duas regiões, e a ALADI joga um papel fundamental no tocante à América Latina.

Em nossa região, a China tem um peso e um valor estratégico importante e, internacionalmente, a ascensão pacífica da China tem significado a possibilidade de construir um mundo multipolar. Nesse sentido, vemos com bons olhos o crescimento pacífico da China no mundo.

A China tem se transformado em um dos principais sócios de muitos de nossos países latino-americanos. Isto leva os latino-americanos a construir um debate rico, fértil e importante sobre a forma como fortalecemos e avançamos em nossas estratégias de desenvolvimento, já que estamos perante uma economia

complementar, que nos oferece grande quantidade de oportunidades e nos questiona a respeito de nossas estruturas produtivas e nossos próprios projetos e modelos de desenvolvimento.

Como o senhor sabe, Embaixador, há três anos que a ALADI vem olhado com interesse o desenvolvimento da Ásia-Pacífico e, especificamente, da China. Como dizia a Presidente do nosso Comitê, temos criado o Observatório América Latina - Ásia Pacífico. O nosso secretário, Pablo Rabczuk, acaba de fazer uma viagem, gentilmente convidado pela República Popular da China, para participar de um seminário sobre, justamente, a relação entre América Latina com a China. Nós pensamos continuar fortalecendo essa relação, continuar aprofundando os conhecimentos e sabemos que, hoje em dia, a América Latina e a China têm um papel fundamental como parte do mundo emergente ou das economias do sul.

Bem-vindo à ALADI, bem-vindo a participar ativamente de nossos debates e saiba que esta casa, a mais antiga organização da integração latino-americana, vai tê-lo sempre como um bom amigo. Muito obrigado e bem-vindo.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Embaixador Yan Banghua.

Representante Observador da CHINA (Yan Banghua). Bom dia.

Excelentíssima Embaixadora Digna Donado, Presidente do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração; excelentíssimo senhor Carlos Alvarez, Secretário-Geral da ALADI; honoráveis senhores Representantes dos países-membros e observadores, senhores e amigos:

Muito obrigado pelas carinhosas palavras da Embaixadora Donado e do Secretário-Geral Alvarez. Para mim é uma honra assumir como Representante Observador do governo chinês junto à ALADI.

A ALADI é uma das mais antigas e grandes organizações de integração da região. Desde sua fundação, a ALADI sempre tem desempenhado um importante papel na promoção do processo de integração regional e no incentivo ao intercâmbio e à cooperação entre a América Latina e outras regiões do mundo, que a China valora enormemente.

Nos últimos anos, graças aos esforços mancomunados do governo da China e dos países latino-americanos, constatamos com satisfação a boa tendência do rápido desenvolvimento dos laços entre ambas as regiões, que se traduz nas frequentes visitas de alto nível, no contínuo aprofundamento da confiança política mútua, na ampliação integral de cooperação de benefício recíproco e em uma maior amizade entre os nossos povos. Neste ano, o presidente da China, Xi Jinping, realizou visitas de Estado a Trindade e Tobago, Costa Rica e México, e o vice-presidente visitou Argentina e Venezuela, enquanto que os presidentes de México, Peru e Uruguai e as altas autoridades de Cuba, Venezuela e Argentina fizeram exitosas visitas à China.

Como países em desenvolvimento, China e os países latino-americanos estão em fases semelhantes de desenvolvimento, têm as mesmas tarefas e compartilham interesses. As relações sino-latino-americanas atravessam um período de importantes oportunidades de desenvolvimento rápido. Devemos ter visão de conjunto a longo prazo e avançar, consolidando uma amizade tradicional e promovendo o intercâmbio de grande amplitude com vistas a impulsionar a realização de um novo e maior desenvolvimento da associação de cooperação integral entre China e América Latina.

Desde o ano 1994, quando a China foi aceita como Observadora da ALADI, temos avançado muito em nossa relação. Fomentamos, de maneira constante, intercâmbios e cooperações. No ano passado, foi colocado em andamento o Observatório América Latina – Ásia Pacífico, iniciativa conjunta da ALADI, CAF e CEPAL. No mês de julho, o subsecretário da ALADI, Rabczuk, foi convidado a participar do Segundo Fórum de Intercâmbio de Think Tanks de China-América Latina e o Caribe, em Pequim. Há poucos dias, acadêmicos chineses assistiram ao seminário organizado no âmbito do Observatório América Latina – Ásia Pacífico, em Santiago do Chile, e apresentaram a perspectiva chinesa das relações comerciais entre as duas regiões. O secretário-geral e eu acabamos de assinar o Memorando Específico de Cooperação entre a Secretaria-Geral da ALADI e o Ministério das Relações Exteriores da China, e acordamos incentivar o intercâmbio de estagiários entre as duas partes.

Espero e acredito que as cooperações entre a China e a ALADI possam ser ainda mais fortalecidas durante a minha missão. É o meu desejo manter freqüentes intercâmbios com os Representantes dos países-membros e observadores e espero contar com o apoio e com a ajuda de todos vocês em meu futuro trabalho.

Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Muito obrigada. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Senhora Presidente, Senhor Secretário-Geral, Representantes Permanentes, Senhor Embaixador Yan Banghua, quero saudar sua presença no Comitê em nome da Delegação Permanente do Brasil.

Por todos os motivos expressados pelo Secretário-Geral, as relações entre esta região do mundo e a China são de grande importância, ou, melhor dito, entre esta região do mundo e o Pacífico em seu conjunto.

Não foi por outro motivo que, em 2011, sob orientação de nosso Secretário-Geral e durante a presidência de nosso querido presidente Cassio Luiselli, do México, a quem recordamos sempre com muito carinho e respeito, promovemos um debate de alto nível sobre as relações da China com esta região e sobre o papel da China nesta região. Participaram desse debate, dentre outros palestrantes de grande destaque, o próprio então embaixador da República Popular da China junto ao Uruguai, seu colega Qu Xengu, e o chanceler Luis Almagro, da República Oriental do Uruguai, dentre outros nomes de destaque. Cabe lembrar também que por uma feliz coincidência o chanceler Luis Almagro foi embaixador do Uruguai junto à República Popular da China entre 2007 e 2010, daí certamente grande parte do interesse que sempre tem demonstrado no que diz respeito aos assuntos das relações com a China.

O Secretário-Geral já mencionou o lançamento do Observatório das Relações América Latina – Ásia Pacífico. Iniciativa, creio, do próprio Secretário-Geral, que considero será uma das marcas de sua gestão. Senhor Secretário-Geral, essa importante iniciativa, que sempre contou com um apoio decidido do Brasil desde o primeiro momento e não é por outra razão que a vice-ministra das Relações Exteriores do Brasil, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, veio pessoalmente de Brasília para participar do seminário que marcou o início das atividades propriamente ditas do Observatório, ela que era Subsecretária-Geral para Assuntos da Ásia Pacífico e, portanto, responsável do seguimento das relações bilaterais do Brasil com a República Popular da China.

Pessoalmente, Embaixador, não posso deixar de lhe saudar de maneira muito especial porque meu governo me encarregou no primeiro semestre deste ano coordenar a campanha para a eleição do embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da OMC. É com grande satisfação que transmito a todos os presentes a notícia de que o embaixador tomará posse das suas funções na próxima segunda-feira, dia 9. Posso dar ao embaixador e a seu governo testemunho pessoal de quem se encarregou do conjunto da campanha do Brasil, da importância do apoio e da solidariedade, da presença da República Popular da China ao lado do mundo em desenvolvimento em favor da candidatura do Brasil à Direção Geral da OMC que, ao final, era a candidatura do conjunto do mundo em desenvolvimento e que felizmente foi possível atingir um resultado sem precedentes na história da organização.

Portanto, senhor Embaixador, é com essa visão de parceria e com essa visão estratégica de trabalho conjunto que vem abrindo espaço e conquistando um terreno sem dúvida nenhuma de grande destaque nas relações comerciais de toda natureza da nossa região que o Brasil saúda a sua presença e a sua posse nas funções de observador da República Popular da China nessa comodíssima excelência, provavelmente a mais antiga organização dedicada à integração desta parte do mundo e que, desde 1994, tem a satisfação de poder contar com a presença e a opinião do Governo da República Popular da China.

Seja muito bem-vindo, senhor Embaixador. Conte sempre com a certeza da presença, do apoio e da opinião do Brasil.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Convido o embaixador e os Representantes Permanentes para a foto, por favor.

- Foto recordatória

3. Assuntos em pauta

... Continuamos com a Ordem do dia, terceiro ponto: Assuntos em pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. No documento em pastas dos Representantes, mencionam-se as notas e os documentos que devem ser atendidos.

Destaca-se nota recebida da Representante Permanente do Panamá, comunicando a designação da licenciada Mara Imelda Pardo Barahona como Representante Alternativa do Panamá junto à ALADI, que estará chegando ao Uruguai nas próximas semanas. Saúda-se a nova designação.

“Designações e termos de funções

1. Representação Permanente da República do Panamá junto à ALADI. Nota N° EPUR 172/2013 de 29/08/2013.

Comunica designação da licenciada Mara Imelda Pardo Barahona como Representante Alternativa do Panamá.

Documentos publicados

1. Ajuste das Remunerações da Secretaria-Geral da ALADI (ALADI/CR/Resolução 400).

2. Autoridades da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais e dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes (ALADI/CR/Acordo 355).
 3. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária. Janeiro – Julho 2013 (ALADI/SEC/di 2555).
 4. Relatório da situação financeira da Associação a 31 de julho de 2013 (ALADI/SEC/di 2556)."
-

4. Consideração das atas correspondentes às 1149ª, 1150ª, 1151ª, 1152ª, 1153ª, 1154ª e 1155ª sessões.

...Continuamos com o quarto ponto da agenda, a consideração das atas que tínhamos acumuladas. Corresponderem à número 1149ª – que foi a prévia ao intervalo – 1150ª, 1151ª, 1152ª, 1153ª, 1154ª e 1155ª, que todos devem ter em suas pastas. Espero que as tenham lido previamente.

Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Muito obrigado, Presidente. A Representação Argentina enviou à Secretaria-Geral algumas correções de forma relativas à Ata 1155ª e, simplesmente, queríamos anunciar que já tinham sido recebidas. Certamente serão introduzidas na versão final aprovada desta ata. Muito obrigado.

PRESIDENTE. O Chile também mandou uma nota sobre uma ata.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Sim, nós também já enviamos nossas observações à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. As observações já foram consideradas e serão incluídas no documento final a ser transcrito.

Não havendo mais observações, damos por aprovadas as atas mencionadas, da 1149ª até a 1155ª, incluídos os comentários adicionais feitos por Argentina e Chile.

5. EXPO ALADI Uruguai 2014 (ALADI/CR/PR 294).

...No quinto ponto da agenda, temos o tema da EXPO ALADI Uruguai 2014, que estamos tentando desenvolver há vários meses.

Oferecemos a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Gostaria, brevemente, de comentar os objetivos e os fundamentos que sustentaram esta ideia, este projeto, esta iniciativa.

Em primeiro lugar, temos constatado, nestes anos, que há na região imenso número de rodadas de negócios, exposições, fóruns de investimento, intercâmbio entre os países, mas não tem havido nenhum espaço institucionalizado, nenhum espaço importante com foco no comércio e nos investimentos latino-americanos.

A partir da experiência da ALADI na promoção do comércio, nas micro-rodadas de negócios bilaterais, vimos como uma grande oportunidade e como um fato importante para a associação que tal espaço seja ocupado justamente pela ALADI. Quem melhor do que a ALADI para propor um âmbito de intercâmbio, de reciprocidade, de negócios, de debates sobre as perspectivas e sobre o aprofundamento do comércio na América Latina?

Em segundo lugar, acredito que nós, em um momento complexo, temos que fazer o impossível para contribuir para a ampliação dos limites do intercâmbio de bens e serviços entre os nossos países. Eu estou convencido de que quanto mais comércio houver entre nós, quanto mais ampla for a associação de nossas estruturas produtivas a partir do comércio também avançaremos em graus de autonomia relativa na região. Todos sabemos que o comércio intra-regional é relativamente baixo na América Latina, se comparado com outras zonas integradas, como a União Europeia, a ASEAN ou o conjunto da Ásia-Pacífico. Nossos intercâmbios poderiam se posicionar em um patamar muito mais elevado. A nossa Associação poderia contribuir grandemente sobre a forma de possibilitar o incremento do nosso comércio intra-regional.

Em terceiro lugar, que não é menor, devemos lembrar que aqui houve consenso e creio que há. Pouco tempo atrás, o Embaixador da Colômbia falou sobre o assunto, também o Embaixador do Brasil na sua posse, Cássio Luiselli, Dora Rodríguez e outros países também falaram de que precisamos ter a inteligência suficiente para gerar propostas e iniciativas que constituam uma agenda positiva, que possam reunir os países da Associação, que estas iniciativas tenham consenso ativo e forte dos países e que contribuam para o desenvolvimento da região e para o posicionamento e a visibilidade de nossa Associação.

Finalmente, consideramos importante fazer convergir a esfera privada com a pública no evento, nesta rodada macro de comércio, de investimentos, negociações, conhecimento, com fóruns e debates sobre a maneira como ampliamos nosso comércio intra-regional, que tem muito a ver com a identidade latino-americana, com o ser latino-americano, e com um maior intercâmbio e conhecimento entre os agentes do desenvolvimento.

Convergem no evento, por um lado, os funcionários encarregados das diferentes áreas e, por outro, os agentes privados, os empresários e, sobretudo, o mundo PMEs, que é o mundo mais gravitante em nossas estruturas produtivas. A EXPO ALADI constituirá um espaço para discutir facilitação e financiamento do comércio e tudo o que significar melhoramento da logística e infraestrutura produtiva na região, discutir os instrumentos da ALADI, como o Convênio de Pagamentos e outros sistemas de intercâmbio, bem como outros sistemas de pagamento na região. Aproveitaremos três dias não apenas para facilitar negócios entre empresários, mas também para implementar uma importante agenda de debate sobre como a América Latina amplia o seu comércio intra-regional.

De forma breve, informamos aos senhores o que fizemos e porque precisávamos da aprovação do Comitê. Como vocês sabem, os países agendam este tipo de eventos com muita antecipação e começam a considerar o orçamento necessário, sobretudo as agências de comércio internacional, as agências de exportação e importação, os bancos de desenvolvimento. As agendas de 2014 são feitas em setembro e outubro. Nesse sentido, é importante termos a aprovação do Comitê para esta iniciativa, sempre discutindo e debatendo com o Comitê para podermos garantir aos países a realização do evento.

O que fizemos? Tudo o que fomos fazendo foi enviado às Representações, esperando, de alguma maneira, sugestões, iniciativas ou alguma resposta delas. A primeira coisa que fizemos foi entrar em contato com *Uruguai XXI*. Era muito importante que o Uruguai, país sede, concordasse com a realização deste evento. Se o organismo comercial mais importante do país não concordasse, seria muito difícil para a ALADI organizar livremente o evento.

Encontramos grande receptibilidade em *Uruguay XXI* e elaboramos uma agenda provisória de trabalho a fim de marcar uma data tentativa para o evento. Era importante termos a data para começar a procurar financiamento, para conhecer a opinião das agências de financiamento sobre o evento. Tivemos uma primeira aproximação à CAF, ao Banco República, ao BID. Também precisamos, e com certa urgência, que o Comitê avance a esse respeito, já que os orçamentos destas agências para eventos deste porte, relevantes, são fixados com um ano de antecipação. Portanto, era fundamental para nós conhecer a opinião das agências sobre o evento para saber qual o orçamento que teremos e ter a garantia de que contamos com tal orçamento. Realmente, tivemos uma resposta muito positiva das agências de financiamento.

Após isso, falamos com cada um dos Embaixadores Representantes e Alternos dos países e conseguimos avançar neste assunto. Já que não havia Comitê, encontramos respostas individuais muito positivas. Nenhum Embaixador, nenhum Representante dos países questionou a importância desta iniciativa, deste projeto.

O que estamos sugerindo ao Comitê é que a ALADI seja o motor, o centro, o eixo de um importante evento, muito relevante, gravitante, com foco no tema do comércio latino-americano e que, eventualmente, possamos convidar como participantes a países centro-americanos e caribenhos, justamente em qualidade de convidados para fortalecer a ideia da América Latina e tentar conectar mais o Caribe e América Central com o mundo sul-americano. Com exceção do México, do Panamá e de Cuba, temos ainda uma desconexão muito grande entre a América do Sul e o Caribe e América Central.

Acreditamos que isto seja uma boa oportunidade e, também, uma boa iniciativa para transcender as políticas das sub-regiões. Isto é, transcender em uma política comum, em um olhar comum, o encontro de denominadores comuns, para transcender as políticas das diferentes sub-regiões da América Latina.

Termino falando que para nós é muito importante que o Comitê trabalhe sobre o perfil do evento, no sentido de avaliar quais os setores a privilegiar neste tipo de evento. Não podemos convocar para debate ou convidar empresários de todas as atividades ou de todas as áreas de produção. Precisamos estabelecer uma agenda e um perfil para este projeto junto com as agências de promoção do comércio; considero que o âmbito para fazer isto é justamente o Comitê. Seria positivo que no decorrer deste ano, ou nos primeiros meses do ano que vem, possamos convocar as agências de promoção do comércio, aos bancos de desenvolvimento para apurar o perfil deste encontro e desta iniciativa.

Agradeço, e agradece a Secretaria, Pablo Rabczuk, César Llona, Ricardo Mitre, os que estamos trabalhando nesta iniciativa, pela contribuição que as Representações individualmente têm feito, mas consideramos que, agora que o Comitê está funcionando, é importante que a sintonia fina desta ideia decorra do Comitê.

Nós apresentamos um projeto de forma provisória que, obviamente, está sujeito à discussão do Comitê e que pode ser modificado e deve ser modificado se o Comitê o julgar conveniente e necessário. Gostaríamos de pedir ao Comitê, se estiverem de acordo com esta iniciativa, alguma forma de autorização para podermos continuar trabalhando nestes assuntos que precisam ser trabalhados com tanta antecipação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. O Secretário foi muito claro sobre onde devemos pôr o foco para fazer possível a EXPO ALADI 2014. É muito importante. Nós começamos a abrir a porta em ocasião da exposição da ALADI em 2013 no Panamá, procurando dar a conhecer a ALADI. Parece mentira, mas ao norte da América do Sul há muitos países que não sabem o que é a ALADI. É importante divulgar todo o conteúdo da organização.

Portanto, consideramos este projeto vital para inserir a ALADI em todo o conjunto de conflitos da região e de toda a América Latina.

Antes de oferecer a palavra aos Representantes que quiserem se manifestar, gostaria de dizer que nós estamos muito contentes com este projeto. Esperamos que se realize e temos a esperança de contar com o apoio das entidades que devem coadjuvar para o êxito do evento.

Ofereço a palavra às Representações que quiserem fazer comentários sobre o assunto.

Uruguai.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

O tema da EXPO ALADI foi o primeiro tema que tratamos com o Secretário-Geral em nosso primeiro encontro; isto é, desde aquele momento vimos discutindo o assunto. A colaboração de *Uruguay XXI* esteve implícita desde o primeiro momento. *Uruguay XXI* é um instituto de promoção de investimentos e de exportações de nosso país, cuja diretoria é chefiada pelo Chanceler da República.

Saudamos desde o primeiro momento e acompanhamos a iniciativa, que considerávamos de grande interesse e que, como apontava o Secretário-Geral, é muito importante para o posicionamento não apenas da região, mas também da ALADI.

Não vou repetir todos os conceitos – que também estão recolhidos na minuta para discussão e consenso do Comitê. Gostaria, simplesmente, de insistir no que considero importante: a inclusão e a participação das PMEs, pequenas e médias empresas, que constituem a porção principal do tecido produtivo de quase todos – ou todos – nossos países. Também, gostaria de salientar a importância que o evento tem para o avanço do comércio regional e o estabelecimento de cadeias produtivas na região. Considero importante, ainda, a abertura à participação de países da América Central e do Caribe que não integram a ALADI.

Como já disse, gostaria de manifestar pessoalmente o apoio do Uruguai a esta iniciativa, que leva, de forma circunstancial, o nome Uruguai. Gostaria de que o Secretário-Geral insistisse, se o evento for bem-sucedido, na realização do evento de forma bianual e em diferentes países. O nome Uruguai, portanto, não responde ao benefício que o evento trará ao Uruguai. O meu país é o primeiro elo do que, esperamos, será uma longa cadeia de eventos semelhantes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Como mencionou o Secretário-Geral, nós apoiamos a realização do evento e, não havendo objeções ao mesmo, consideramos que devemos começar a trabalhar na organização e na definição dos termos de referência.

Neste sentido, senhora Presidente, consideramos que deveríamos estudar diretamente este Projeto de Resolução. Nossa Representação tem algumas pequenas observações. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Primeiramente, queria agradecer à Secretaria-Geral por esta iniciativa e pelas atividades que vieram desenvolvendo até agora. Todas as comunicações foram enviadas para nossa capital, e foram recebidas por nossas autoridades com muita satisfação e interesse. Por este motivo, já temos uma consulta a fazer. Queríamos saber se a atividade já estava aprovada para que, justamente, possam programá-la e orçamentá-la para o ano próximo.

Nesse sentido, acreditamos, como o México, que deveríamos trabalhar na Resolução e chegar ao consenso, a fim de que a Secretaria possa continuar com seus trabalhos. Obrigada.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Muito obrigado, senhora Presidente. Bom dia a todos. Em primeiro lugar, agradeço ao Secretário-Geral pela explicação dos objetivos discutidos previamente com a Secretaria-Geral.

Meu país apoia esta iniciativa. Somos cientes de que se trata de uma iniciativa louvável e profícua. Apoiamos, principalmente, a iniciativa da integração mediante pequenas e médias empresas, mas não devemos esquecer as micro-empresas.

Nós, como Representação, apoiamos esta iniciativa. Temos algumas observações e sugestões a respeito de como agir a partir de agora, mas estamos, sim, em condições de apoiar a iniciativa e estudar como fazer os trabalhos.

A ideia da Representação e do governo do Paraguai é fazer com que a iniciativa conte com ampla participação. Como usuários do sistema de integração latino-americana, e tendo em vista que temos uma tarefa pendente, somos um dos países que se servem pouco das preferências. Acreditamos que esta seja uma brilhante oportunidade para isto. Nós queríamos, sim, nos focar no tema do financiamento do comércio, que é uma restrição que temos como país; portanto, temos uma série de perguntas e propostas que gostaríamos de trabalhar.

Apoiamos a iniciativa, que consideramos muito saudável, e estamos em condições de discutir pequenos detalhes da Resolução, mas concordamos com a ideia geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Paraguai. Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente.

Nós também convidamos a apoiar a iniciativa da Secretaria-Geral; considero que é uma reação preliminar generalizada. Como as Representações que me

antecederam, nós também temos algumas observações e consideramos que esta sessão é uma espécie de *kick off* do processo formal de consideração e de decisão que, naturalmente, não será tomada hoje sobre tal iniciativa.

A Representação do Brasil enviou a documentação recebida, incluído o Projeto de Resolução, a consideração de nossa capital, com algumas observações que vou mencionar rapidamente. Temos dúvidas e preocupações sobre periodicidade, sobre a relação entre o Grupo Ad Hoc proposto pelo Projeto de Resolução e o próprio Comitê de Representantes, sobre o orçamento e as despesas e sobre o impacto que pode ter no próprio orçamento da Associação.

Também temos interesse no que diz respeito à consideração do que *Uruguay XXI* e a Secretaria-Geral chamaram de “ficha técnica” que, em nossa opinião, constitui uma primeira aproximação às características do evento e que está, naturalmente, sujeito a contribuições, comentários, sugestões e qualquer outro tipo de informações dos governos. Gostaríamos, portanto, de fazer uma observação a esse respeito. Para nós, a “ficha técnica” são os termos de referência do evento e também consideramos que é um assunto de suma importância, compartilhamos plenamente as considerações do senhor Secretário-Geral, da senhora Presidente e de outras Representações que me antecederam sobre a importância deste evento para estimular uma aproximação maior entre nós, o Caribe e a América Central.

A este respeito, gostaria de lembrar ao Secretário-Geral que entre o Brasil e a Guiana conseguimos convencer São Cristóval e Neves, após longas negociações, a aderir ao acordo que estes dois países temos no âmbito da ALADI. Quero dizer, ainda, que, ano passado, com o apoio da Secretaria-Geral, realizamos um seminário em Brasília de um dia inteiro para o Caribe e a América Central. No seminário, o Secretário, Subsecretários e técnicos da ALADI apresentaram os mecanismos da Associação, contribuindo, desta forma, para o propósito de uma aproximação maior do Caribe e da América Central com a nossa Associação. Estiveram presentes cerca de 60 funcionários dos governos de países da América Central e do Caribe. Nossa ideia é repetir este evento durante o segundo semestre deste ano, na medida do possível ou, em seu defeito, durante o primeiro semestre do ano que vem. Comunicaremos oportunamente à presidente a realização do evento.

Queria mencionar estes pontos, já que estão sendo considerados por meu governo de forma muito positiva, no que respeita ao conceito e ao apoio que estão recebendo. De todos modos, devemos tomar as precauções necessárias para garantir uma unicidade de visões em torno ao projeto e para garantir a este Comitê, órgão reitor desta Associação, a capacidade de liderança, de coordenação, de apoio político e, naturalmente, de apoio orçamentário – se for o caso – às iniciativas que surgirem na Associação.

Duvido, senhora Presidente, que na reunião de hoje possamos começar a analisar o texto do Projeto de Resolução. Gostaria, então, fazer uma sugestão, com a intenção de atender à preocupação e ao pedido do Secretário-Geral de algum tipo de ação que o habilite a continuar trabalhando, sobretudo, com outros agentes.

Talvez, na próxima Reunião de Alternos, marcada para a próxima segunda-feira, poderíamos concluir o Projeto de Resolução que temos agora sobre a mesa e, talvez antes da segunda-feira poderiam ser incorporados ao Projeto de Resolução comentários, sugestões e opiniões de nossos governos, de forma a voltar ao Comitê, quanto antes, com um projeto mais trabalhado, para que o Comitê tome uma decisão.

Senhor Secretário-Geral, esta decisão é muito importante, pois vai tratar com todos nossos governos. No caso do Brasil, foi mencionada a possibilidade da contribuição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou seja, de um banco público. Foi mencionada a possibilidade de participação dos agentes e das agências nacionais de promoção do comércio e de investimentos. Em geral, estas agências são públicas e, portanto, o fato de que nossos governos entrem em contato através da Secretaria, por intermédio da Subsecretaria e de seus serviços, não significa que entrem em contato os órgãos diferentes dos órgãos aqui representados, porque todos somos Governo. Por isto, atribuo tanta importância ao fato de contarmos, quanto antes, com uma decisão do Comitê de Representantes, formalizada em uma resolução que dê autoridade, mandato e limites às ações da Secretaria-Geral para que, com o nosso apoio, leve adiante essa importante iniciativa.

Senhora Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Argentina pediu a palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Muito obrigado, Presidente.

Nós queríamos assinalar, em primeiro lugar, que acompanhamos as posições, as manifestações de várias Representações que nos antecederam no uso da palavra, e da própria apresentação feita pelo Secretário-Geral sobre a importância desta iniciativa e a relação que ela tem com o que podemos considerar como um dos principais elementos de experiência, de capacidade instaurada da Secretaria-Geral, isto é, a organização de feiras, missões comerciais, rodadas de negócios, em particular em todas as ações de apoio às médias e pequenas empresas, os trabalhos do Conselho Assessor, bem como os trabalhos de reuniões específicas que sobre estas questões vieram se desenvolvendo na ALADI e que, como bem assinalava o Uruguai, estão recolhidas no próprio texto do Projeto.

Entendemos que será um evento de grande importância e creio que isto ficou refletido no próprio Acordo de Cooperação que a Secretaria-Geral assinou com *Uruguay XXI*. Praticamente, houve consenso não apenas quanto à importância deste Acordo de Cooperação entre os dois foros, mas também sobre o fato de o Acordo estar relacionado ao desenvolvimento da EXPO ALADI. No mesmo sentido, trabalhamos quando nos foram enviados a ficha técnica e o Projeto de Resolução que hoje temos sobre a mesa.

Entendemos que é fundamental que o Comitê de Representantes dê um sinal claro à Secretaria-Geral. Um sinal de aprovação e de acompanhamento de todas as tarefas relacionadas com a organização deste evento. Precisamos fazê-lo quanto antes.

Algumas Representações assinalaram que tinham observações específicas sobre o Projeto, alguns pequenos ajustes que podemos analisar, no âmbito e no momento em que as Representações considerem conveniente. Creio que há que fazer a diferença entre esse assunto e o apoio que recebe a iniciativa, a necessidade de desenvolvê-la quanto antes e de pô-la em funcionamento atendendo algumas das questões que assinalava o Secretário-Geral, que têm a ver com a organização e a planificação não apenas da ALADI, mas também de outras instituições que participarão dos temas e, eventualmente, do orçamento.

Então, consideramos que há que fazer quanto antes este intercâmbio, estamos em plena disposição para fazê-lo hoje ou, como dizia o Brasil na Reunião de Alternos, na próxima segunda-feira ou no âmbito que for definido. Isso é uma questão de prática e de como vamos conduzir as discussões. Não há dúvidas quanto a que a iniciativa é

de importância capital que tem a aprovação de, praticamente, todas as Representações. Somos cientes de que será um evento que irá marcar a agenda da Associação para o ano que vem.

Neste sentido, não já como Representação Argentina, mas como Presidência da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, gostaria de colocar a Comissão à disposição para trabalhar nas diferentes etapas, no que resta do ano, o orçamento por programa de atividades de 2014, no qual, certamente, um dos pontos fundamentais será a continuação e a implementação da reunião em meados ou finais do ano próximo, aqui em Montevidéu.

Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada. Ofereço a palavra ao Chile.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Muito obrigado, senhora Presidente. Agradeço muito as explicações do Secretário-Geral a respeito do Projeto que nós, em princípio, apoiamos. Ao igual que as restantes Representações, pensamos que constituirá um marco importante para a agenda de 2014.

Já enviamos toda a documentação a Santiago e temos alguns comentários. Nossa opinião é semelhante à do Brasil sobre o assunto da periodicidade, sobre a relação entre o Grupo Ad Hoc e o Comitê de Representantes quanto ao assunto do orçamento. Estamos dispostos a cooperar para que tudo seja realizado no âmbito dos acordos que forem adotados por consenso para tal fim. Acreditamos, como falou o Representante da Argentina, que devemos trabalhar nisto relativamente rápido, mas com prudência. Sobre isto, repito que, em princípio, não temos dificuldades com esta iniciativa e somente queremos que os detalhes sejam apurados já que se trata de uma iniciativa de tal importância que nos detalhes está escondido o diabo. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Representante do Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Obrigado, senhora Presidente. Gostaria, em nome da minha Representação, manifestar a enorme satisfação que temos por esta iniciativa. Já o tínhamos manifestado. Saúdo o Secretário-Geral por ter trazido o tema da forma como o fez.

Quero salientar alguns conceitos, que o Secretário já mencionou, mas que considero centrais e importantes para a discussão inicial e para o tratamento inicial que formos dar ao tema.

Sem dúvidas, o evento será um âmbito privilegiado para que nossos países possam discutir temas que têm a ver com o comércio e os investimentos, com foco na região latino-americana, sobre a importância do intercâmbio de bens e serviços.

Também acreditamos, e coincidimos, em que é importante estabelecer uma agenda positiva e o chamado consenso ativo para o desenvolvimento regional. Estamos muito interessados na convergência e nas possibilidades de trabalho conjunto entre o setor público e o privado e, fundamentalmente, interessa-nos a participação das MPMEs. Consideramos que este é um elemento importante, do nosso ponto de vista, da nossa percepção e dos nossos interesses sobre o tema.

Gostamos, ainda, da menção feita à possibilidade de que este foro seja ampliado à América Central e ao Caribe. É um aspecto também fundamental para nós dentro

dos novos esquemas de integração, dentro da nova força da integração latino-americano que inclui, sem dúvidas, América Central e o Caribe como protagonistas. Portanto, para nós isto é um elemento substantivo.

Como já mencionei, este foro da EXPO ALADI será, sem dúvidas, um espaço importante para que o Equador possa expor as formas, condições e projeções da sua política comercial, especialmente do comércio para o desenvolvimento, que é a fórmula que estamos empregando em todas nossas negociações comerciais, que inclui os conceitos fundamentais e essenciais da economia popular e solidária.

Entendemos, como Representação, que ainda temos que apurar assuntos temáticos e, particularmente, os assuntos orçamentários, mas somos cientes, como falou o Secretário-Geral, de que sobre o tema orçamentário é importante que, tanto os organismos financeiros quanto a ALADI e os nossos países, tenham a oportunidade de fazer o planejamento adequado com tempo, a fim de que o evento se realize no ano que vem.

Sem prejuízo das consultas que ainda estamos fazendo a Quito, quero antecipar, como Representação, que vemos positivamente esta iniciativa e que vamos trabalhar intensamente para que seja uma realidade.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Equador. Ofereço a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA. (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente. Como as Representações que me antecederam no uso da palavra, gostaríamos de saudar, como Representação, a iniciativa que o senhor Secretário-Geral nos apresentou há um tempo, inclusive não formalmente, mas dentro do Comitê, de realizar esta EXPO ALADI. Estamos convencidos de que é uma das formas idôneas de avançar no fortalecimento dos intercâmbios comerciais intra-regionais, como muito bem assinalou o senhor Secretário-Geral.

Também recebemos com interesse a proposta da resolução e consideramos que há pontos muito importantes que devemos levar em consideração. Já enviamos à nossa capital a nova proposta. Vemos que ela tem elementos novos, como foi mencionado. O tema da periodicidade será um ponto que terá de ser decidido e consultado adequadamente na Colômbia porque, como disse o senhor Secretário-Geral, também nossas agências de promoção têm agendas sumamente carregadas e não podemos, neste momento, adiantar o compromisso que levaria, por sua vez, a comprometer os esforços da nossa agência nacional de promoção.

Naturalmente, concordamos com o manifestado por algumas Representações, especialmente pela Representação do Brasil, quanto a que o Comitê de Representantes continue a ser o órgão de análise deste assunto, onde os Estados possamos nos pronunciar devidamente em consulta permanente com nossas capitais. Obviamente, também vemos com preocupação e com especial atenção o assunto orçamentário. Estamos convencidos de que é necessário procurar fontes adicionais de financiamento e acredito que os contatos que o senhor Secretário-Geral fez com diversas agências constituem um passo importante para avançar nesse sentido.

Senhora Presidente, concordamos com a ideia de derivar o assunto para sua análise pelas instâncias pertinentes de nossos Representantes Alternos quanto antes; evidentemente, estamos correndo contra o tempo. Tínhamos uma clara autorização e um claro pronunciamento de nossas autoridades nacionais para aprovar o evento na data proposta pela Secretaria, de 4 a 6 de outubro do próximo ano. Nesse sentido, informamos ao Comitê que concordamos com essas datas.

Colocamo-nos à disposição do Comitê para colaborar, sempre que necessário, para a feliz consecução e celebração da EXPO ALADI. Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra a Cuba.

Representação de CUBA (Lisset Fernández García). Obrigada, senhora Presidente. Muito brevemente, queria manifestar que o meu país sempre viu a iniciativa como muito positiva e não temos nenhuma observação sobre o Projeto, mas estamos na melhor disposição de trabalhar de forma rápida para que a atividade seja bem-sucedida. Obrigada.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Peru.

Representação do PERU (Ricardo Romero Magni). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, queríamos saudar a iniciativa da Secretaria-Geral de levar adiante uma macro-rodada de negócios, tanto na esfera do comércio quanto dos investimentos, e saudamos a apresentação e a fundamentação do Secretário-Geral.

A Representação do Peru manifestou o seu apoio à iniciativa. Nesse sentido, já enviamos uma comunicação escrita e estamos em condições de aprovar uma resolução que, justamente, constitua um sinal político do Comitê e de apoio à Secretaria-Geral para que possa continuar com o desenvolvimento de seus contatos e atividades.

Entendemos que há Representações que têm algumas observações. Teríamos gostado de ter aprovado o Projeto de Resolução nesta manhã, mas, havendo observações, colocamo-nos à disposição para apurar o texto e completá-lo, de forma que reflita os interesses e as preocupações de todos aqueles que se manifestaram neste momento. Porém, não queremos deixar de assinalar e de ratificar nosso apoio a esta iniciativa e de manifestar nosso convencimento de que a ALADI é o instrumento idôneo para realizá-la. Aliás, consta em seu próprio Tratado constitutivo a idoneidade para fomentar o comércio intra-regional, especialmente em um contexto que atualmente apresenta certos problemas. Como assinalou o Secretário-Geral, o comércio intra-regional não é o desejável e precisamos encontrar fórmulas que nos permitam implementar justamente as correntes de comércio e também dos investimentos, que é uma das variáveis importantes para o crescimento das economias de nossos países com maior inclusão social.

Colocamo-nos à disposição para definir, quanto antes, o texto desta Resolução, que apoie a Secretaria-Geral para continuar com este projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Peru. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Antes de tudo, agradeço às Representações a resposta à iniciativa.

Em primeiro lugar, estou convencido de que sem uma presença forte e comprometida do Comitê, esta ideia não é viável porque, como afirmaram vários Embaixadores, compromete muito os países; ou seja, isto não é um projeto da Secretaria-Geral, mas do conjunto da ALADI, onde o compromisso e a presença do Comitê são insubstituíveis.

É o próprio Comitê que deve marcar o seu relacionamento ou as diferentes competências com o Grupo de Trabalho, mas consideramos que o maior nível de compromisso das Representações é muito importante para que esta ideia seja sustentável.

Em segundo lugar, creio que o assunto da periodicidade é uma ideia provisória porque, sinceramente, primeiro temos que ver os resultados. Então, há que tomar o assunto como uma primeira aproximação para depois institucionalizá-la. Se os países considerarem o evento bem-sucedido, certamente vão querer fazê-lo cada dois anos e em seus próprios países. Portanto, acreditamos que não é necessário marcar, de antemão, a periodicidade do evento.

O terceiro elemento é o orçamentário. Nada do que nós vamos fazer é definitivo. Tudo vai ser considerado pelo Comitê, mas, por exemplo, uma das principais etapas, antes de continuar trabalhando com *Uruguay XXI*, antes da votação do projeto, é ter a conformidade da iniciativa. Isto porque *Uruguay XXI* é uma agência do Estado, uma agência muito importante de promoção do comércio, então, precisamos começar a apurar um programa, o qual será constantemente colocado à consideração do Comitê. Portanto, nada do que for feito por nós será inconsulto quanto ao Comitê, mas precisamos instalar junto com *Uruguay XXI* um programa para estabelecer, aqui, por exemplo, o orçamento.

Para saber qual o orçamento, temos que nos relacionar, por exemplo, com as empresas que no Uruguai trabalham com este tipo de eventos. Temos que poder estabelecer uma relação com eles, avaliar o montante em termos concretos, sempre provisório, mas concreto. Quero ser otimista, e acredito que se nós agirmos bem e com tempo, este evento deverá se autofinanciar, a saber, pelas primeiras respostas que recebemos dos agentes de financiamento, do Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES), do Banco do Brasil, da CAF, do BID, e paramos de falar com agências de financiamento porque não queríamos avançar mais até que o Comitê discutisse a ideia. Mas, para podermos ter uma ideia de orçamento mais elaborado e saber se a ALADI tem que fazer alguma previsão de recursos, não tanto para financiar já que as agências de financiamento põem o dinheiro mais adiante, temos que avançar junto com *Uruguay XXI* para estabelecer o programa.

O que considero pertinente é estabelecer pelo menos na Ata a conformidade dos países sobre esta iniciativa e, depois, seguir o programa proposto por vários países para que seja tratado por algum Grupo de Trabalho – não sei se algum dos existentes ou Ad Hoc – e que o Comitê defina um projeto em breve. Nesse período, temos que retomar o trabalho com *Uruguay XXI*, isso é vital para evitar atrasos porque o ano está acabando. Depois, podemos colocar à discussão a eficácia do projeto. Reconheço a complexidade do projeto, é uma iniciativa importante, forte, devemos ser responsáveis com isto, mas o tempo joga um papel substantivo para que tudo corra bem.

PRESIDENTE. Obrigada, Secretário. O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente. Levando em consideração as palavras do senhor Secretário-Geral, sugiro o seguinte procedimento, se estamos todos de acordo.

O Brasil não tem inconvenientes em registrar, na ata de reunião do dia de hoje, o apoio unânime do Comitê de Representantes à realização do projeto. O Secretário-Geral precisa desse elemento para dar continuidade aos contatos que manteve a título exploratório, com autoridades e agências de nossos governos, com organismos financeiros regionais e internacionais e com o próprio setor privado. Que o Secretário-

Geral possa informar, entre os contatos que fizer, que o órgão político da Associação apoia a iniciativa me parece útil e muito positivo.

Poderíamos tratar o assunto em outro momento, mas dada a relevância e, sobretudo, a urgência de avançarmos rápido, creio que na reunião da próxima segunda-feira, por intermédio de nossos Alternos, deveríamos começar a tarefa de apurar o texto. Alguns já temos juízos preliminares, comentários e sugestões para oferecer ao Projeto de Resolução que a Secretaria-Geral, gentilmente, nos trouxe. Se chegarmos a um texto de consenso na próxima segunda-feira, o tema é encerrado nesse mesmo dia; ou seja, o Secretário-Geral e o Presidente do Grupo Ad Hoc sabem sobre que base trabalhar, e o que faltaria seria uma formalização por parte do Comitê, que na próxima reunião adotaria uma resolução a esse respeito.

Se não chegarmos a um resultado completamente positivo, certamente teremos um avanço em relação à situação atual. O Brasil –e suponho que outros países– neste momento não pode adotar o Projeto de Resolução que está em discussão. Podemos, sim, aperfeiçoá-lo, melhorá-lo, e estamos dispostos a fazer isto a partir da segunda-feira.

Em conclusão, Presidente, seria positivo que a ata desta reunião registrasse o apoio unânime do Comitê ao projeto, que é o que pelo momento precisa o Secretário-Geral. Também, que na segunda-feira nossos Alternos iniciem os trabalhos e que, se não os concluírem nesse mesmo dia, pelo menos possam apurar o texto do Projeto de Resolução. Com isto, avançaríamos de forma importante no projeto, o qual é de grande importância para a Associação. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Chile pediu a palavra.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Muito obrigado, senhora Presidente. Queria apenas manifestar o apoio da Representação à ideia do Brasil. Acreditamos que seja o caminho correto. Não vemos obstáculos nesse programa. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidente. Em relação à proposta de programa que assinalava a Delegação do Brasil, que conta com a manifestação de apoio do Chile, nós a acompanhamos também no entendimento de que era o que tínhamos recolhido da primeira rodada de intervenções, isto é, que várias representações estávamos em condições de aprovar na data uma resolução, considerando pequenos ajustes que algumas Representações tinham manifestado e que, por suas apresentações, pareciam questões de forma sobre o Projeto de Resolução.

Também, considerando que outras Representações estavam impossibilitadas de tratar de alguns elementos no dia de hoje ou que os temas estavam à consideração de suas capitais, foi proposta a alternativa da Reunião de Alternos prevista para a próxima segunda-feira.

Queremos reafirmar, como dissemos na primeira intervenção, que consideramos a iniciativa fundamental e que já tínhamos a conformidade, pelo menos a conformidade da Argentina, sobre a realização da EXPO ALADI. Digo isto porque, em maio, quando foi assinado o Acordo de Cooperação entre a Secretaria e *Uruguay XXI*, Argentina fez chegar algumas sugestões e alguns comentários sobre o projeto que

foram considerados, e a estrutura geral desse projeto de cooperação estava relacionada à realização da atividade e da EXPO ALADI.

Também, quando em 8 de agosto recebemos a ficha técnica e a enviamos à nossa capital, consideramos que era uma atividade fundamental e que as ações ou não ações das representações não deviam, em hipótese nenhuma, significar demora ou atraso nos trabalhos da Secretaria com *Uruguay XXI*. Como diz o texto do Acordo, coincidimos com a identificação de outras fontes de colaboração do ponto de vista dos recursos humanos ou, inclusive, orçamentários, como indicado no artigo 5º do próprio Projeto.

Estamos em condições de dar a nossa conformidade com a continuidade dos trabalhos da Secretaria-Geral, estamos dispostos a trabalhar hoje no projeto e, alternativamente, trabalhar na reunião da segunda-feira. Como assinalava o Brasil, se alcançarmos um consenso na reunião da segunda-feira, poderíamos, em breve, convocar a uma reunião do Comitê de Representantes para encerrar e aprovar o Projeto de Resolução.

Por último, reitero que não consideramos que este programa signifique, em hipótese alguma, demora no que temos hoje. É de consenso continuar com os trabalhos entre a Secretaria, *Uruguay XXI* e qualquer outro foro que puder colaborar com o desenvolvimento da EXPO ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Argentina. Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Obrigado, Presidente. O Paraguai segue a mesma linha do proposto pelas representações do Brasil e da Argentina quanto à iniciativa. Temos algumas pequenas sugestões, nas quais estamos dispostos a trabalhar hoje, mas não temos inconveniente nenhum em demorar e trabalhar sobre isto na segunda-feira. Acompanho a iniciativa do Representante da Argentina: se chegarmos a um resultado positivo na segunda-feira – e creio que chegaremos – estamos dispostos a fazer uma reunião do Comitê quanto antes para aprovar o evento e tentar conseguir o apoio dos organismos de financiamento dele. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Se não há comentários de outras representações, concordamos com o apresentado pelo Brasil e que o tema seja discutido na segunda-feira na reunião de Alternos para chegar a um consenso.

6. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.

...Continuamos com a Ordem do Dia. O sexto ponto é o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio, e ofereço a palavra à ministra Dora Rodríguez, Coordenadora do Grupo de Trabalho.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, Presidente. Muito brevemente, vamos apresentar o relatório da primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio, a primeira reunião de 2013, na qual retomamos as atividades que vínhamos desenvolvendo em 2012.

Nesta primeira reunião, tratamos três pontos; um deles refere a uma atividade concreta: a convocatória da Reunião presencial do Grupo Técnico sobre Certificação de Origem Digital. A agenda desenhada para este Grupo objetiva o aperfeiçoamento e

a manutenção dos requerimentos técnicos para o COD. No decorrer do ano, foram consideradas várias datas que, atualmente, são inviáveis. No momento em que organizamos o grupo todas as datas eram inviáveis para a convocatória. Porém, a Representação do Equador apresentou, recentemente, uma proposta contendo, entre outros assuntos, uma proposta de datas para que esta reunião seja realizada em 3 e 4 de outubro.

O Grupo de Trabalho acordou recolher a proposta do Equador para convocar o Grupo dias 3 e 4 de outubro, e acordamos fixar como prazo-limite dia 6 de setembro, ou seja, até esta sexta-feira, para que todas as Representações possam comunicar à Secretaria-Geral a disponibilidade de seus técnicos para participarem desta reunião.

Senhora Presidente, a Coordenação do Grupo gostaria de solicitar atentamente a todas as Representações que comunicassem à Secretaria-Geral, antes do fim da semana, a disponibilidade de seus técnicos, a fim de saber se é possível a convocatória para estas datas: 3 e 4 de outubro.

Caso a Secretaria tenha confirmações suficientes para realizar esta reunião, solicitaremos a reunião do Comitê para a semana próxima, a fim de ter tempo para realizar a convocatória e todas as gestões administrativas dentro dos países para o traslado dos técnicos.

O segundo assunto tratado pelo Grupo foi o relatório da Secretaria-Geral. A Secretaria elaborou um relatório sobre o avanço do programa 2013, que temos até a presente data. Foi um relatório verbal que apresentaram os diferentes responsáveis da Secretaria e no qual foi possível constatar que as atividades permanentes vêm sendo desenvolvidas normalmente.

O terceiro ponto que tratou o Grupo foi a elaboração do programa de facilitação do comércio. Na última reunião do Grupo, ano passado, a Secretaria fez a apresentação de dois documentos relacionados com a elaboração do programa de facilitação, um deles o comparativo das normas subregionais sobre o contrato de transporte rodoviário e, o segundo, a análise das normas subregionais sobre regime de trânsito aduaneiro internacional e a possibilidade de adotar uma norma regional sobre esta matéria.

Como esses documentos foram apresentados ano passado, acordamos, no Grupo, solicitar à Secretaria uma ajuda-memória com a apresentação feita oportunamente dos documentos, para poder entrar na matéria na próxima reunião que o Grupo irá desenvolver nos próximos dias.

Finalmente, gostaria de comentar, senhora Presidente, que a Representação do Brasil, nesta oportunidade, fez uma sugestão sobre os prazos para as convocatórias para os Grupos de Trabalho, que ficamos, como Coordenação, de apresentar no Comitê. Porém, já o Representante do Brasil solicitou em assuntos diversos tratar este tema, pelo que não vou me estender neste momento.

Isto é tudo quanto temos a informar. Reiteramos, simplesmente, o pedido a todas as Representações para que a Secretaria possa ser informada sobre a disponibilidade dos técnicos que assistirão à reunião do COD, em 3 e 4 de outubro. Muito obrigada, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Obrigado, Presidente. Queria fazer referência ao manifestado pela Representante do México, a propósito do debate que teve lugar no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio.

Pensamos o mesmo que a coordenação do Grupo de Trabalho da querida Dora, que seria tal vez mais útil trazer o assunto de uma vez ao Comitê de Representantes, tendo em vista que há uma divergência de interpretação sobre a regra a aplicar para a convocatória de reuniões. Essa é a razão pela qual pedimos a inclusão do item sobre o capítulo Outros Assuntos e chegado seu momento poderemos então tal vez dar mais detalhes sobre o que pretendemos que seja examinado pelo Comitê.

Muito obrigado, senhora Presidenta.

7. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Tendo examinado o sexto ponto, e com o comentário do Embaixador do Brasil, passamos a Assuntos Diversos.

Ofereço a palavra ao Brasil, que tinha solicitado falar sobre dois pontos importantes.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Obrigado, senhora Presidente. Queria continuar na mesma linha de minha última intervenção.

O Brasil tem manifestado em várias oportunidades, desde 2011, que do ponto de vista formal, a regra atualmente vigente para convocar reuniões na ALADI é inadequada. Em nossa opinião, a regra estabelece um prazo insuficiente para habilitar os governos a se prepararem adequadamente, sobretudo quando se trata de casos que exijam consultas e pedidos de informação às capitais para participarem das reuniões da ALADI. Pedimos à Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio, se considerar conveniente, que se sinta à vontade para acrescentar elementos de juízo à intervenção do Brasil.

O Brasil considera que dois dias úteis de antecedência para convocar reuniões de trabalho da Associação é um prazo insuficiente. Há um tempo, e por iniciativa do Embaixador Luiselli, nosso querido amigo e Representante do México, foi considerado que uma das razões pelas que se poderia entender a falta de quórum nas reuniões tinha a ver justamente com o escassíssimo tempo para convocá-las. Nesta sessão do Comitê de Representantes, em setembro de 2011, na milésima, centésima, vigésima sessão ordinária do Comitê, em 9 de setembro, houve um entendimento, um acordo – está registrado em atas do Comitê – sobre duas propostas brasileiras. A primeira era que o prazo para convocatória fosse passado de dois para cinco dias úteis e a segunda que a Secretaria-Geral tivesse a oportunidade de apresentar antecipadamente um cronograma de reuniões das diversas etapas, para que as diferentes Representações pudessem prever e planejar seus trabalhos.

Neste ponto temos algumas diferenças de interpretação, porque na Delegação do Brasil entendemos que o acordo, adotado no âmbito do Comitê de Representantes, estaria em vigor. Porém, em alguns casos foi constatada a aplicação – e não discuto a legitimidade do procedimento – do critério de obedecer as Resoluções do Comitê que estabelecem 48 horas como prazo para convocatória de reuniões, que são, basicamente, os Grupos de Trabalho e a Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.

Com o objetivo de superar essas divergências, contradições e diferenças de visões, sugerimos ao Comitê que considerasse a possibilidade de adotar uma nova resolução sobre a convocatória aos Grupos de Trabalho e à Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais. E nessa nova, seriam duas resoluções porque uma trata de Grupos de Trabalho e outra da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.

Nessas resoluções, o Comitê adotaria expressamente o prazo de cinco dias úteis de antecedência para a convocatória das reuniões e também – e peço aos meus colegas que entreguem à Secretaria-Geral os dois Projetos de Resolução para distribuí-los entre os presentes – a Secretaria adotaria uma regra: a distribuição dos documentos que devem ser utilizados pelas Representações nas reuniões cinco dias antes da convocatória à reunião, ou seja, dez dias antes da própria realização da reunião.

Em ambos os Projetos de Resolução, há uma cláusula de escape a essa cláusula que prevê a não obediência dos referidos prazos em casos excepcionais. Em situações excepcionais, poderá ser feita a convocatória e distribuídos os documentos em prazos mais curtos para atender a urgências ou premências das Delegações.

Portanto, senhora Presidente, o objetivo é pura e simplesmente eliminar essa diferença de entendimento sobre qual é a regra que vale propondo uma nova regra a ser adotada pelo Comitê que contemple, como já manifestamos, a modificação de dois para cinco dias de prazo da convocatória de reuniões e acrescente cinco dias de prazo para a distribuição dos documentos que serão discutidos nas reuniões.

O único propósito é permitir que nossas Representações tenham um mínimo de tempo suficiente para realizar consultas úteis com nossas capitais sobre o teor dos documentos distribuídos, sem que tenhamos, como acontece com frequência, que assistir às reuniões para dizer: “eu sinto muito, mais ainda não tive resposta da minha capital”. Efetivamente, com dois dias úteis de antecedência, ainda mais quando se trata de documentos que requerem consultas não apenas da Chancelaria, mas de outros órgãos do governo, é muito difícil que nossas capitais possam responder de maneira efetiva em prazo tão curto.

Esse é o propósito, senhora Presidenta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. O México pediu a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, senhora Presidente. Agradecemos ao Representante do Brasil pela explicação, nós também tínhamos isso bastante claro. Efetivamente, aqui havia uma discrepância quanto à interpretação, ou seja, nós sim temos o nosso regulamento, que diz claramente qual a antecedência com que um grupo pode ser convocado. Um comentário, acordo, em atas, com um contexto que eu me permitiria lembrar, o contexto em que esta proposta foi apresentada foi justamente porque tínhamos tido muitos Grupos de Trabalho, em um período em que não tínhamos quórum e a falta de quórum, em realidade, não obedece aos dois dias de antecedência da convocatória, nem a cinco ou dez, mas a diferentes causas. Muitas vezes chegávamos a dar quórum, mas meia hora depois da saída de algumas Representações.

Concordo com a Delegação do Brasil com que os documentos devem ser distribuídos com antecedência à reunião do Grupo de Trabalho, mas, realmente, na prática, não lembro que se tenha convocado a uma reunião 48 horas antes de agendar

uma X decisão que tenha de ser tomada. Normalmente, convoca-se a fazer a apresentação. Depois disto, há um prazo bastante longo para fazer os comentários, mais de cinco dias até a seguinte reunião do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho, excepcionalmente, reúne-se uma semana e a seguinte também, salvo que o tema for muito importante.

Simplesmente, considero que deveríamos estudar o que é o mais eficiente. Também, gostaria de dizer ao Representante do Brasil que, hoje, temos essa cláusula de escape ao invés. Isto é, quando convocamos a uma reunião e uma Representação não pode assistir nessa data, a Representação comunica à Secretaria e a Secretaria marca a reunião para outra data, de tal maneira que todas as Representações possam estar presentes.

Senhor Embaixador, o estopim desta proposta foi um período de reuniões em que não conseguimos quórum, independentemente do prazo que fosse estabelecido. Não temos inconveniente em ver a proposta distribuída pelo Brasil. Obviamente, não poderíamos estudá-la agora, mas em outra reunião.

Estes eram os comentários que queríamos fazer. Não consideramos que seja vital ficarmos com a regra atual nem modificá-la porque, em ambos os casos, sempre está a flexibilidade de que se a reunião não puder ser convocada para determinada data, será convocada para mais adiante. Creio que nunca aconteceu que em uma reunião, com documentos distribuídos dois dias antes ou com prazo menor, seja pedido que as Representações se expeçam. Temos flexibilidade suficiente, mas não temos inconvenientes em analisar esta proposta em outro âmbito. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, agradeço a proposta da Delegação do Brasil por trazer um tema que tem sua história, que tem posições manifestadas em diversos âmbitos. Queria oferecer, desde a Presidência da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, o âmbito para que este projeto possa ser discutido, para que possam ser trocadas as opiniões e aproximar uma posição de consenso ao Comitê para que oportunamente tome uma decisão a esse respeito.

A Comissão poderia tratar esse tema e, neste sentido, ofereço a comissão para a próxima reunião, que procuraremos seja convocada com cinco dias de antecipação, e depois veremos se a partir desse momento convocaremos com cinco ou com dois dias de antecipação. Obrigado.

PRESIDENTE. Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, também queria agradecer a iniciativa do distinto Embaixador do Brasil que, certamente, já tinha refletido sua posição ano passado, em setembro, e está registrado em atas, mas no regulamento diz outra coisa.

O Paraguai está em disposição de analisar o tema. Temos duas alternativas: uma, na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais e, a outra, na Reunião de Alternos, que é um mini-Comitê. Indistintamente, a Representação do Paraguai está em condições de tratar do tema. Concordamos, também, com que os documentos possam ser distribuídos com a devida antecedência. Temos de lembrar que estamos na América do Sul e algumas vezes, por nossa cultura, fazemos as coisas com premência, mas não quer dizer que tenhamos que fazer as coisas mal.

Coincidió com a Representante do México: nunca foi adotada uma determinação para o caso das Representações que tenham apresentado inconvenientes; por isso, sempre demonstramos flexibilidade e trabalhamos com a Secretaria para tentar, caso alguma Representação não tenha tido tempo necessário de estudar o tema, tratá-lo na seguinte reunião.

Porém, reitero, agradeço a proposta apresentada pela Delegação do Brasil. Vamos considerá-la e estamos predispostos a chegar a um consenso e abordar o tema na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais ou na Reunião de Alternos, no intuito de buscar consenso para garantir que os documentos sejam todos analisados com a devida antecipação. As medidas serão adotadas e as reuniões convocadas, tanto dos Grupos de Trabalho quando da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, com a devida antecedência. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Paraguai. Ofereço a palavra à Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Muito obrigado, senhora Presidente. Serei muito breve. Simplesmente queria agradecer a proposta do Brasil. Apenas recebemos o texto em português, ainda não podemos nos pronunciar detalhadamente sobre o particular; teremos de ler a proposta com atenção e, talvez, devidamente traduzida para o espanhol. Porém, em princípio, consideramos que a proposta é uma forma de ordenar e de melhorar os procedimentos das nossas tarefas e pode ajudar-nos a ter melhor desempenho e eficiência.

Estes são meus comentários preliminares, senhora Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Obrigado, senhora Presidente. Queria agradecer aos colegas por todas suas manifestações, naturalmente sem prejuízo do que possa ser acrescentado pelas Representações quando o tema for tratado na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais ou no Grupo de Alternos na próxima segunda-feira.

O Brasil não tem inconveniente em tratar do tema em uma ou outra reunião. Como Presidente, a senhora poderá decidir com nosso endosso em qual prefere tratar deste assunto. O propósito da proposta brasileira foi muito bem identificado pelo senhor Embaixador da Colômbia, que muito agradeço. O propósito é pura e simplesmente tratar de fazer com que nós funcionemos melhor e que possamos atuar de maneira mais informada, mais documentada e mais segura nas nossas intervenções.

Trouxemos o assunto ao Comitê porque nos parece que é importante que o Comitê tome conhecimento dessa expectativa brasileira, como é importante que nós recebamos notícias sobre as expectativas e propostas de todos os demais, mas naturalmente estamos abertos a que isso seja, como sugeriu o Representante da Argentina, tratado numa outra instância, consensuado numa outra instância e que volte ao Comitê pura e simplesmente para que nós aqui aprovemos um projeto de resolução cabível que adote uma decisão consensuada.

E nesse sentido estamos prontos a, seja na Comissão, seja no Grupo de Trabalho de Alternos, trabalhar conjuntamente com todos no sentido de encontrar a fórmula conveniente para todos.

A única observação que faço é que muitas vezes pedir o adiamento de uma reunião ou não estar presente em uma reunião a depender dos temas que estão sobre a mesa tem um custo político e às vezes esse custo político pode se tornar mais visível se o prazo é curto demais para a convocatória das reuniões. Então acho que esse é um elemento também que a Delegação do Brasil gostaria que fosse levado em conta por todos quando formos examinar essa questão. Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTE. Uruguai.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Obrigado, senhora Presidente. Recebemos com beneplácito a proposta da Representação do Brasil. Vamos estudá-la de forma devida e, com o mesmo beneplácito, também a proposta do querido Representante da Argentina. Em nossa opinião, a Comissão de Assuntos Institucionais é, talvez, o âmbito adequado para chegar a um consenso sobre estes temas.

PRESIDENTE. Solicito a proposta em espanhol para que todos possam estudá-la e sugiro que se faça em nível da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais, já que, realmente, é um tema institucional.

Há algum outro comentário sobre este tema? Não havendo comentários, passamos ao segundo ponto do Brasil, que propõe o financiamento de passagens para funcionários das reuniões da ALADI.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Senhora Presidenta, esse tema já foi ontem objeto de uma proposta brasileira na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais. Vou resumi-lo rapidamente porque, na verdade, é uma reiteração de uma proposta brasileira que vem do início do ano passado.

O Brasil considera que, na estrutura do orçamento da instituição da nossa Associação, é um contra-senso político e (eu vou usar uma expressão em espanhol) uma *desprolijidad presupuestaria* que a Associação gaste com financiamento de viagens a Montevideu de funcionários governamentais dos nossos governos para tratar de assuntos do nosso interesse neste que é o organismo de que participamos há mais tempo para tratar da integração regional e que gastemos nessa rubrica mais do que gastamos com o Programa de Ação em Favor dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, que, aliás, temos a obrigação prioritária de apoiar conforme o capítulo terceiro e o Artigo 15 do Tratado de Montevideu.

O Brasil sempre defendeu essa posição e nós recentemente não mais aceitamos o financiamento da ALADI para funcionários governamentais brasileiros que venham a Montevideu a participar das negociações. Pedimos, no seu devido momento, na instância adequada, que esses recursos fossem transferidos da rubrica orçamentária correspondente para reforçar a disponibilidade de recursos financeiros para financiamento do programa de ação em favor dos PMDERs. Essa transposição, embora tecnicamente possível porque dentro dos limites vigentes pelas normas da Associação, não foi realizada tendo em vista a opinião contrária de alguns países membros que, desde uma perspectiva sistêmica, entenderam que isso necessitava ser discutido de outra forma e no contexto de uma consideração mais propriamente de natureza orçamentária, com a qual Brasil está de acordo, aliás. O Brasil está de acordo e nós entendemos, e por isso trazemos o assunto aqui, senhora Presidenta, que esse tema sim é um tema orçamentário, sim é um tema técnico, mas sim também é um tema político e por isso merece contemplação por parte do Comitê de Representantes e não somente das instâncias técnicas da Associação, daí que

tomemos a iniciativa de trazer uma proposta de resolução do Comitê que foi circulada ontem na Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais que podemos repetir aqui, não sei se meus colegas têm cópia; se não tem, providenciem e tratem de distribuir aqui ao Comitê, no sentido de prever que não todos os países como hoje, mas um pequeno grupo de países possa, sim, continuar a merecer financiamento da Secretaria-Geral para que venham a Montevideu a participar das reuniões. Mas não todos os países. Não todos os países, senhora Presidenta, porque eu duvido que todos os nossos países reservemos financiamento para, por exemplo, ir a Genebra a participar das reuniões da OMC o para ir a Paris a participar das reuniões da OCDE, o para ir a Nova York a participar das reuniões da ONU. São organismos internacionais da maior importância, da maior relevância, onde são discutidos temas de interesse direto para nossos povos, para nossos governos e para nossos países e, até onde eu saiba, somente um organismo internacional do qual participamos todos paga passagem e o faz de maneira geral: a OMPI, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, que paga sobretudo para que os funcionários dos países em desenvolvimento participem de suas reuniões.

Queria mencionar também, senhora Presidenta, que desde 1980 essa prática de financiar a vinda dos Representantes dos nossos governos, não do setor privado, não de outros governos, mas dos nossos governos para vir a Montevideu, participar de reuniões sobre assuntos que teoricamente são de nosso interesse, são tão importantes para nós que chama muito a atenção que tenhamos que ser pagos para vir aqui conversar sobre eles. Esse um contra sentido político que está por detrás dessa prática. Prática, alias, senhora Presidenta, que não existia na ALADI, pratica que se adotou no ano 2000, mas antes do ano 2000, durante 20 anos nossos governos vieram a Montevideu nas reuniões convocadas pela Associação e nunca foram pagos por ninguém a não ser pelos seus próprios contribuintes.

Em última análise, também há que levar em conta, senhora Presidenta, que mesmo do ponto de vista técnico e orçamentário não é a Associação quem paga, somos nós, os governos, porque a Associação não tem fonte de recursos senão as nossas próprias contribuições nacionais para pagar essas viagens. Então é ilusória e falsa a ideia de que o pagamento é feito pela Associação, não é não, é feito por cada um de nós, até por aqueles que recebem os financiamentos.

Há também uma certa mistificação técnico-orçamentária ao lado de uma grande inconveniência, na minha opinião, na opinião do Brasil, política de que a Associação pague para que as pessoas venham aqui cuidar dos assuntos que são nossos e nos quais teoricamente temos interesse. Parece que a Associação, e o digo com muita franqueza, todos me conhecem e sabem como me manifesto, a Associação é mais uma agência de viagens para os nossos governos do que uma fonte de financiamento importante para um programa de ação em favor dos PMDERs. Essa é a realidade, os números o demonstram. E isto, honestamente, não nos parece a melhor face que possamos ter no que diz respeito à distribuição dos nossos recursos orçamentários.

Então, nós fazemos uma proposta que espero que tenhamos tempo para conversar nas próximas semanas, senhora Presidenta. O Brasil aceita a observação no sentido de que se trata de uma questão sistêmica que tem a ver com o orçamento da Associação na medida em que essa é a base do argumento que me foi oferecida. A partir do momento em que o país fez a sua contribuição o dinheiro não é mais seu; portanto, não pode mais decidir o que fazer com ele. A explicação parece razoável, mas eu gostaria, e assim está na nossa proposta para o orçamento de 2014, poder discutir este assunto e tratá-lo como um elemento de critério para distribuição dos

recursos orçamentários dessa Associação e entrar em um debate sistêmico sobre o orçamento.

Essa é a proposta que trazemos, senhora Presidenta, a minuta de projeto entendo que está aqui. Queria dizer ao senhor Embaixador da Colômbia que a proposta não está em português, mas está em espanhol (*risos*). E queria então trazer essa questão, senhora Presidenta, porque volto a dizer ela está apresentada tanto no plano técnico adequado que é a Comissão, brilhantemente precedida pelo meu querido amigo e digníssimo Representante Permanente da Argentina, Ruffi, mas nós consideramos, senhora Presidenta, que também era oportuno trazê-lo ao conhecimento do Comitê porque entendemos que, além do aspecto técnico-orçamentário, há um aspecto político importante, e política se trata aqui.

Muito obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTE. Obrigada. Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Muito obrigado, senhora Presidente. Agradeço à distinta Representação do Brasil, na figura do seu Embaixador, Ruy Pereira, a proposta de resolução.

Obviamente, nós não poderíamos não concordar, estamos todos incluídos, mas gostaria de fazer referência à segunda parte da apresentação. Há uns três anos, quando entrei à Associação e via que os recursos destinados ao financiamento do Programa de Apoio aos PMDERs eram exatamente 50% do financiamento para a vinda de especialistas governamentais, devo reconhecer que não apreciava a situação.

Os recursos destinados para o Programa de Apoio aos PMDERs são US\$ 68.000, realmente, e com muito respeito, é uma vergonha. Não é por acaso que os países que menos utilizamos as preferências negociadas somos os países PMDERs. A explicação é simples: temos uma dificuldade de nossos setores produtivos para o aproveitamento dessas preferências. O governo do Paraguai, nos últimos quatro anos, tem utilizado o Programa de Apoio aos PMDERs para a formação de capital humano, capital humano para a formação de nossos recursos, para poder ter as mesmas possibilidades que tiveram outros países com maior nível de desenvolvimento, maior exposição a diferentes organismos internacionais, maior exposição às negociações que nos permite ter melhor capital humano e melhores condições.

Nós recebemos esta proposta com beneplácito, mas queria aproveitar a oportunidade para colocar a debate da Associação a análise do Programa de Apoio aos PMDERs. Há um quarto país que está em processo final de adesão e não queremos ter este debate antes de sua entrada; e, se pudéssemos ter uma definição para o orçamento do ano que vem, seria um avanço significativo da perspectiva política da integração, para integrarmo-nos da maneira mais solidária possível, e quando decidimos de uma perspectiva social, é a perspectiva social da integração. Se as MPMEs dos países de economia intermédia e das outras economias têm dificuldades para a integração, imaginem as micro empresas dos países como o Paraguai, de menor desenvolvimento, elas têm ainda mais dificuldade.

Portanto, vemos esta iniciativa de uma maneira saudável. Fazemos uma análise a partir de dois pontos de vista: o ponto de vista do financiamento e o ponto de vista da realização de um debate sério, como fazemos no Comitê de Representantes, para

poder melhorar e adequar os recursos do Programa de Apoio aos PMDERs. Obrigado, Presidente, e obrigado, Brasil, pela iniciativa.

PRESIDENTE. Obrigada, Paraguai. Ofereço a palavra ao México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhora Presidente. Agradecemos ao Brasil pela proposta, mas, mais ainda, pela fundamentação da proposta.

Certamente, este tema tem muitas aristas, esta é uma arista muito importante, que deveríamos ver no contexto de todas as atividades do Programa. Creio que não se trataria simplesmente, e entendo isto pela explicação feita pelo Representante do Brasil, de tomar um critério para o financiamento de reuniões, ou seja, dos funcionários governamentais que participam em reuniões da ALADI, mas de ter uma visão diferente do próprio programa de atividades. Ao menos, nós vemos isto desse ponto de vista. Não poderíamos pensar em programar as mesmas reuniões que tínhamos programadas para 2012 ou para 2013, simplesmente aplicando esse critério.

Consideramos que esta proposta vai um pouco além disso, ou nós assim o consideramos para poder redefinir as reuniões que se fizerem, para que tenham um sentido de projeção diferente. Fazemos uma reunião sobre X tema e não temos objetivo a alcançar na reunião, em um contexto de um tema ou de várias atividades. Obviamente, deveríamos continuar discutindo sobre isto, pelas muitas aristas que o tema tem, mas agradecemos e recebemos como ponto de reflexão sobre o programa, ou seja, a conformação do programa de atividades. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, México. Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, agradeço novamente ao Embaixador do Brasil por esta proposta, como fizemos ontem, desde a Presidência da Comissão, quando foi apresentado este ponto.

Como a reunião da Comissão foi ontem à tarde, entendemos que não era conveniente apresentar o relatório nesta sessão do Comitê, mas na próxima. Porém, evidentemente um dos pontos centrais da segunda parte da reunião de ontem tinha a ver com a proposta apresentada pelo Brasil.

Em segundo lugar, queria dizer o que a Argentina assinalou na reunião de ontem, e que a Presidência resgatou, como consenso, nas manifestações das diferentes Representações. Não duvidávamos de que o programa de apoio aos PMDERs tinha de ser fortalecido, independentemente disto. Fortalecer os programas específicos ou analisar a designação de recursos da Associação, tanto humanos quanto orçamentários. O consenso foi evidente na reunião da Comissão de ontem.

Quanto ao tema do financiamento de reuniões de funcionários, foi assinalada, ontem, a necessidade de atualizar, avaliar o Documento Informal 1053 de 17 de maio de 2012 que, como todos vocês lembram, apresentava sete alternativas que iam desde o financiamento para todos os funcionários de cada um dos países até o não financiamento de especialistas governamentais em reuniões realizadas na Associação.

Havia dois critérios. Um critério de seleção quanto à categoria de países, que eram as propostas dois, três e quatro desse documento, e outro que tinha a ver com o tema, isto é, com o financiamento da participação de todos os funcionários, mas só em algumas reuniões, conforme o tema-objeto das mesmas.

Em terceiro lugar, foi necessário retomar essa discussão na Comissão, analisar e atualizar o orçamento de todas as alternativas incluídas no Documento Informal 1053. Reitero, sem prejulgar, que qualquer que fosse a definição deste tema, havia que fazer o Programa de Apoio aos PMDERs mais amplo, como apontava a Representação do México.

Conseguimos um primeiro consenso quanto à atualização desse documento e desses números. Sobre isto, e considerando a intervenção do Brasil, deveríamos ter claro que, eventualmente, se alcançarmos um consenso para que o financiamento dos funcionários que participem das reuniões seja focado nos países identificados no artigo 1 do Projeto de Resolução, deverá ser avaliada a inclusão de um ponto dentro do próprio Programa de Apoio aos PMDERs para o financiamento da participação em atividades da Associação para representantes desses países.

Caso seja tomada essa decisão, tais recursos serão destinados ao Programa de Apoio aos PMDERs, que ganhará força, inclusive nos termos apontados pela Representação do Paraguai.

Esta é uma primeira aproximação aos argumentos apresentados pelo Brasil, que podemos tratar na Comissão de Orçamento.

Outro assunto que tratamos ontem, e ao qual o México faz referência, é relativo a temáticas relacionadas com o orçamento por programas de 2014, diferentes questões como o quadro de funcionários da Secretaria, o preenchimento de vagas, a sustentabilidade dos ajustes salariais e a regulamentação do fundo de capital salarial.

A Representação da Argentina, e a própria Presidência da Comissão, considera que podemos focar o assunto neste sentido e, reitero, não há dúvidas sobre o apoio a uma ação específica voltada para os países identificados no artigo 1 do projeto do Brasil, mas em um contexto mais amplo. Consideramos, ainda, que o tema de fundo das reuniões não deveria ser o financiamento ou não da participação de funcionários em reuniões governamentais, mas o critério a utilizar.

Há uma terceira temática, relacionada a este projeto e ao próprio documento, que tem a ver com o que vamos fazer daqui ao fim do ano com as reuniões previstas no Programa de Atividades 2013 quanto ao financiamento dos especialistas governamentais. O Brasil fez uma precisão sobre os recursos, quando já passavam para a Secretaria-Geral. Já há uma precisão sobre as reuniões que estão no Programa de Atividades e a sua designação não poderia ser modificada. Sobre isto, gostaria de deixar claro que, embora no Programa de Atividades 2013 constem vinte reuniões de especialistas governamentais, apenas é previsto o financiamento para dez reuniões. Isto foi decidido para garantir o orçamento equilibrado que temos na Associação para 2013. As demais reuniões iam ser financiadas com recursos do Fundo de Capital de Giro. Portanto, por trás da decisão tomada sobre o Orçamento por Programas 2013, estava a questão de analisar um critério de priorização das reuniões de especialistas governamentais no âmbito da Associação.

Por último, deveríamos, com todos estes elementos, continuar com os trabalhos da Comissão, bem como com outros temas que hoje acordamos tratar nesse âmbito. Reitero o meu agradecimento não só pelo Projeto de Resolução, mas também por trazer este ponto à pauta da Comissão e do próprio Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Argentina. Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidenta. Muito brevemente, queria reiterar o meu agradecimento à Delegação do Brasil. Ontem, recebemos a proposta e, como manifestou o Presidente da Comissão de Orçamento, houve consenso para começar a analisar a próxima reunião. Obrigada.

PRESIDENTE. Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que várias cabeças sempre pensam melhor que uma só. E, nesse sentido, os comentários que ouvi nesta mesa muito me animam porque creio que, ao menos, os que nos manifestamos de alguma forma expressamos uma preocupação porque esse tema merece um tratamento adequado; portanto, o estado de tratamento de situação do tema é inadequado porque, se não, não teria sentido lógico tratá-lo.

Em segundo lugar, creio que as intervenções, principalmente do Representante do Paraguai e do senhor Presidente da Comissão de Assuntos Orçamentários e Institucionais, iluminam um aspecto político diretamente relacionado tanto com as prioridades para a elaboração do orçamento da Associação – decisão política e não técnica – como com o assunto que, muito oportunamente, levantou o Representante Permanente do Paraguai: o estado de situação do plano de ação em favor dos PMDERs.

Eu gostaria de esclarecer só três pontos. Em primeiro lugar, a posição do Brasil coincide com a posição “três” do papel da Secretaria-Geral da ALADI. Ou seja, consideramos que não se justifica que o orçamento da instituição custeie viagens a Montevideu de funcionários governamentais nossos a não ser na situação dos PMDERs e de outro país que se lhes possa assemelhar. Tanto é assim que o Brasil não tem utilizado os recursos que a Associação separa no seu orçamento para essa finalidade e o Brasil gostaria que esses recursos não utilizados fossem dedicados ao reforço das dotações para financiamento de atividades no âmbito do plano de ação de apoio aos PMDERs. Esse é o primeiro elemento.

Em segundo lugar, a nossa preocupação vai até aí, ela não é uma janela para uma discussão para prioridades orçamentárias da Associação. Não estamos necessariamente preocupados com o orçamento da Associação, mas sim com a insustentabilidade política dessa posição da Associação. Não é justificável, sob nenhum argumento que, por exemplo, os três maiores contribuintes da Associação peçam dinheiro à Associação para mandar seus funcionários a Montevideu, defender seus interesses na Associação, por exemplo. É nossa opinião. E o Brasil não aceita mais esses recursos.

Em terceiro lugar, está o tema de que vamos fazer para o orçamento de 2014. Aqui, podemos entrar em toda outra discussão, que passa a ser técnica e orçamentária, que leva em conta prioridades políticas, mas que o Brasil terá uma posição decorrente desse seu entendimento. Ou seja, nós entendemos que não cabe alocar a essa rubrica recursos que hoje são alocados nessa rubrica para financiar funcionários brasileiros. Nós vamos defender essa posição no debate sobre a construção do orçamento para 2014, e nós entendemos justamente que, como foi dito por nossa querida Delegada do México e por nosso querido Presidente da Comissão de Assuntos Orçamentários e Institucionais, tudo deve ser feito para reforçar a capacidade de participação, de ação e de eficácia do plano de ação em favor dos

PMDERs. Isso diz o digníssimo Representante do Paraguai, também a Representante da Bolívia, mas isso dizemos todos. E se o fazemos não é mais do que nossa obrigação porque assim nos manda o Tratado de Montevidéu. Nisso é sustentado o terceiro elemento da posição brasileira.

Muito agradeço aos senhores e às senhoras Representantes Permanentes pelo tempo dedicado à discussão deste assunto que poderia perfeitamente ter sido interpretado como assunto de competência exclusiva da Comissão de Assuntos Institucionais e Orçamentários. Porém, como afirmou o próprio Presidente da Comissão, reviste um aspecto político, como todos reconhecemos, e é importante que esse aspecto político seja considerado aqui. De forma sistêmica ou não, não interessa, mas nós não podemos nos furtar a esse debate, nós não podemos escapar desse debate. Muito obrigado, senhora Presidente, e muito obrigado pela atenção de todas as senhoras e de todos os senhores à proposta do Brasil. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Brasil. Creio que foi muito claro na sua exposição, como todos os que se manifestaram.

Nós acreditamos que a proposta deve ser discutida inicialmente na Comissão de Orçamento e, ainda, a parte institucional. É o melhor âmbito para uma discussão inicial do assunto para, depois, debatê-lo no Comitê, como propuseram os senhores.

Algum outro assunto que as Representações queiram propor?.

Não havendo temas a serem tratados, encerramos a sessão.
